

Sem medo de crescer

Sergio Koffes

CORREIO BRASILENSE

7 SET 1995

O Brasil precisa perder o medo de crescer. Aliás, o Brasil só chegou aonde chegou porque cresceu. Mas precisa crescer mais, crescer sempre.

Só há uma maneira de um país criar empregos, conter a explosão da violência urbana e rural, ajustar as contas externas e internas e garantir a democracia: crescendo. O sucesso da estabilização da moeda refletida na inflação de 0,288% em agosto — índice da Fundação Getúlio Vargas — deve ter seqüência com uma política econômica voltada para a recuperação da qualidade de vida de todos os brasileiros.

Desemprego recorde alimenta a insegurança e corrói a esperança da população por melhores dias. O favoritismo dos candidatos apoiados pelos prefeitos realizadores nas próximas eleições reflete o desejo da maioria da população por um modelo de crescimento, e não de recessão. No fundo, ninguém gosta de ver o seu time jogar na re-

tranca.

Embora o discurso pareça arcaico, vale a pena reprisá-lo neste momento: seguir a cartilha do Fundo Monetário Internacional ao pé da letra não ajuda a virar o jogo. Se não houver a conscientização e o convencimento de toda a sociedade brasileira sobre os rumos traçados e os custos exigidos para o ajuste econômico, pouca coisa poderá acontecer com sucesso.

A Argentina serve de exemplo. Apesar de disseminar o desemprego e promover ampla privatização, déficits fiscais e cambiais persistem e obrigam o governo argentino a lançar novos pacotes de medidas duras, mesmo com o risco de o país saltar da deflação para taxa inflacionária positiva de até 4% ao mês.

Portanto, altas taxas de juros, carga tributária elevada e mal distribuída e falta de políticas de médio e longo prazo agravam a recessão e podem ameaçar o futuro da estabilização da economia.

Para a economia brasileira não mergulhar nesse descaminho, governo, empresários, políticos e trabalhadores

precisam ser parceiros efetivos na definição do Brasil que os brasileiros pretendem construir.

É certo que o governo deve ajustar as suas contas e deixar o resto da economia funcionar. Os agentes econômicos não suportam mais desculpas para a persistência de déficit público operacional no pa-

tamar projetado para este ano: 3,6% do Produto Interno Bruto. Estados falidos e gastadores res-

pondem por 20% desse déficit projetado, mas os restantes 80% decorrem dos juros da dívida do setor público.

O pior é que o Brasil fica também refém dos especuladores internacionais. Os encargos da dívida pública interna e externa respondem por 2,9% do PIB, mas o governo brasileiro insiste em bancar os ganhos especulativos dos investidores estrangeiros para acumular reservas cambiais que, no final do ano, de-

verão atingir a exorbitante marca de US\$ 70 bilhões.

Somente no primeiro semestre

O governo deve ajustar as suas contas e deixar o resto da economia funcionar. Os agentes econômicos não suportam mais desculpas para a persistência de déficit público.

deste ano, o Brasil pagou US\$ 4,75 bilhões de juros da dívida externa, com aumento de 13,05% em relação aos encargos do mesmo período de 1995, e viu o endividamento mobiliário interno atingir, em julho último, R\$ 160,47 bilhões.

Pouco importa o argumento de que a dívida interna de 30% do PIB é compatível com todos os padrões internacionais. A realidade é que as reservas cambiais exageradas levam à explosão do ritmo de endividamento interno, eliminam a capacidade do governo de realizar até mesmo os investimentos essenciais e impõem custos financeiros irreais para o setor produtivo.

Daí a importância de o governo dar o exemplo e apertar o próprio cinto. O presidente Fernando Henrique Cardoso tem compromissos maiores com a nação e não pode fazer o debate precoce de sua reeleição relegar a segundo plano as medidas indispensáveis para a consolidação da estabilidade econômica.

O governo precisa jogar duro para obter do Congresso Nacional a aprovação de mecanismos capazes de ajustar as contas públicas. Só assim ganhará a confiança do setor produtivo para fazer o país crescer. A reeleição é efeito e não causa.

A desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços nas exportações e nos investimentos na capacidade produtiva das empresas foi elogiável demonstração de que o Congresso também assume suas responsabilidades no ajuste da economia brasileira. O Congresso tem ainda em mãos o estímulo à vontade de se produzir e criar empregos no país, refletido no Estatuto das Micro e Pequenas Empresas. Se ambições políticas, grandes e comportadas, forem deixadas de lado, o Brasil está mesmo condenado ao crescimento.

■ Sergio Koffes é presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal